

Resumo:

Este artigo apresenta as análises de Harvey (1999) sobre a renda da terra e a sua importância para a discussão das questões de localização e de organização espacial. As questões da renda em articulação com a acumulação capitalista são tratadas com o objetivo de entender a transformação da terra em um ativo financeiro. As crises e o meio ambiente construído passam a ter um novo significado. Nessa perspectiva a terra como mais um ativo financeiro possui aspectos positivos, sem descartar os aspectos negativos que sempre foram a ela associados.

INTRODUÇÃO

Marx insiste que não se pode confundir o capital fixo com o imóvel. Para ele essa distinção é fundamental. Harvey (1999) utiliza o conceito de meio-ambiente construído para discutir as relações do espaço físico com a economia. O meio ambiente construído é um sistema de recursos criado pelo homem. Entre esses recursos estão os valores de usos que estão embebidos no espaço físico e que podem ser utilizados para a produção, troca e consumo.

O meio-ambiente construído aparece como uma massa disforme que é moldada de acordo com os ditames dos diferentes modos de produção e dos diferentes estágios de seu desenvolvimento histórico. No capitalismo, entretanto, todos os elementos do meio ambiente construído assumem uma forma mercadoria.

Considerados do ponto de vista de mercadoria, os elementos do meio-ambiente construído exibem certas características particulares. Uma delas é a imobilidade no espaço, uma vez que essas mercadorias não podem ser movidas sem que o valor incorporado (embutido) nelas seja destruído. O elemento do meio-ambiente construído tem na localização um atributo fundamental. Esse lugar específico e a correspondente apropriação da renda passam a ter um papel importante na organização espacial. Os elementos particulares dependem de sua locação relativa a outros elementos. A questão do ordenamento espacial do meio-ambiente construído

deve ser considerada em seu todo, já que a decisão de onde colocar um elemento não pode ser isolada da questão de onde irão os outros elementos.

O meio-ambiente construído pode ser visto como uma mercadoria composta, complexa e geograficamente ordenada. A produção dessa mercadoria deve ser coordenada no tempo e no espaço para que ela possa estar adequada às necessidades.

Para Harvey (1989), o mercado de terras serve para alocar a terra entre usos alternativos. O capital financeiro e o estado, também, agem como coordenadores na determinação da utilização da terra. Problemas de coordenação podem aparecer porque os diferentes elementos físicos incorporados no solo têm durabilidades diferentes e também porque eles foram construídos com base em diferentes taxas de juros. Assim a depreciação contribui para o surgimento de problemas de coordenação.

Os elementos físicos dependem dos outros elementos que se localizam na sua proximidade ou vizinhança, a depreciação (ou valorização) pode ser ocasionada por qualquer ato individual de reforma, renovação, substituição ou transformação. Essa decisão individual de investimento colocará em movimento a valorização (ou desvalorização) de cada um dos elementos físicos.

Os efeitos “spill-over” (transbordamento/espalhamento) dos investimentos individuais ocorrem de uma forma localizada no espaço. Similarmente, a retirada ou a evasão de investimentos em uma parte do meio-ambiente construído poderá levar a um impacto negativo nos valores das propriedades vizinhas.

Outros problemas podem ser constatados ao se estudar a produção de mercadorias no meio-ambiente construído. A exclusividade de uso e a apropriação privada de valores de uso podem ser atributos de alguns elementos (casas, fábricas), enquanto que o uso coletivo é possível para outros elementos (estradas, passeio público). O meio-ambiente construído como um todo é, em parte, bem público e é, em parte, privado, e os mercados para os elementos físicos individuais captam as complexas interações entre os diferentes tipos de mercados.

Como o elemento do meio ambiente construído funciona como valor de uso fixado a um determinado local, o custo de sua produção pode já ter sido recuperado, existindo uma possibilidade de se cobrar ainda um preço pela propriedade. Explicitando: uma renda poderá ser extraída pelo uso de um determinado local e caso seja capitalizada à taxa de juros vigente no mercado transforma-se no preço de mercado da terra e seus apêndices.

Harvey (1999) mostra que existe uma arbitragem entre os preços de mercados

dos elementos já existentes (velhos) e o preço de mercado dos elementos novos. Os preços dos velhos elementos e os preços dos elementos novos devem estar relacionados, embora cada preço seja determinado de forma muito diferente.

CRÉDITO E MERCADO DE TERRAS.

O mercado de terra tem um importante impacto sobre a circulação de capital através do meio-ambiente construído em geral. Como o valor de uso de uma propriedade depende de sua localização relativa, os capitalistas que possuem dinheiro podem investir na terra e na renda futura que ela poderá comandar. A importância deste fato é de que todos os aspectos do uso e da produção do meio-ambiente construído apareceram dentro da órbita da circulação de capital.

O sistema de crédito é essencial para a circulação de capital fixo. A movimentação de capital fixo de uma forma independente da circulação torna-se mais difícil na medida em que cresce a escala com a acumulação, pois ele cresce, também, em quantidade e em durabilidade. O capitalismo precisa de um sistema mais sofisticado de crédito para dar conta dos problemas que a circulação do capital fixo pode impor.

Investimentos de um tipo independente, particularmente no “meio-ambiente construído”, podem ser impossíveis sem o acesso ao crédito. Através do sistema de crédito, os investimentos de longo prazo podem ser convertidos em pagamentos anuais e o capital pode ser centralizado para financiar estradas, represas, docas e portos, geradoras de energias etc.

O crédito pode facilitar o consumo individual de mercadorias que são classificadas como bens duráveis, como o são os carros e a habitação. O governo pode oferecer bens públicos através do financiamento da dívida pública. Existem também outras formas para financiar esses investimentos. Qualquer forma de crédito recai sempre na classificação de capital emprestado a juros. E o pagamento de juros pode ser pensado como um saque sobre o trabalho realizado no futuro.

Por essa razão o crédito torna-se essencial na mediação entre os fluxos de capital circulante e de capital fixo. Existem problemas diretos de coordenação entre os dois fluxos que marcham em ritmos diferentes. Entretanto, o sistema de crédito funciona para redirecionar os capitais e as populações na direção de facilitar a formação de capital fixo.

E aqui está uma grande contribuição na análise do papel da renda da terra nos tempos atuais. Harvey (1999), analisando o sistema de crédito, aponta as dificuldades

do capital circulante super-acumulado em um local e que precisa ser transferido para outro local através da circulação do capital fixo. O capital dinheiro ocioso, por exemplo, do fabricante de sapato pode ser transferido para o sistema de crédito e posto para funcionar com trabalhadores desempregados para construir, por exemplo, uma estrada. Mas isso deixaria intocadas o excesso de capacidade produtiva e as mercadorias excedentes pertencentes ao fabricante de sapatos.

Ao criar equivalência monetária entre os sapatos excedentes e a capacidade produtiva ociosa e ao colocar aquele dinheiro em circulação, como capital na construção da estrada, o capital pode, de fato, ter sido transferido de uma esfera para outra. Para Harvey (1999), essa mudança ocorre sem que fosse lastreada ou que fosse apoiada por qualquer troca real de mercadorias. Para ele, o sistema de crédito opera como uma forma de capital fictício, ou seja, um fluxo de capital monetário não lastreado por qualquer transação de mercadorias.

A categoria de “capital fictício” está, para Harvey, implícita em qualquer crédito que é prorrogado antecipadamente. É uma antecipação de trabalho futuro. Ela permite uma mudança suave de um capital circulando de forma super-acumulada para a formação de capital fixo. Esse processo pode disfarçar o aparecimento de crises no curto prazo.

Essa criação de capital fictício descompassado da produção real de mercadorias e da realização é sempre um negócio arriscado. O sistema de crédito torna-se ponto central da acumulação, carregando dentro de si todos os perigos decorrentes que uma tal exposição. A distância que separa os valores fictícios dentro do sistema de crédito-monetário e os ligados a valores reais amplia-se. Com isto está montado no interior do sistema econômico um processo que possibilita a ocorrência de crises no sistema de crédito.

A existência, como possibilidade, do “capital fictício” reside na própria forma dinheiro e essa possibilidade surge ligada ao crédito. O crédito comercial usa como garantia mercadorias que não foram ainda vendidas. Se estes papéis de crédito começam a circular, o que está circulando é um valor fictício e assim está sendo criado um capital fictício.

A criação de capital fictício pode ser vista como acidental. O acidental é convertido em necessidade, quando o processo de circulação do capital a juros e do capital fixo são conectados. O dinheiro capital é emprestado contra trabalho no futuro, em lugar de ter como garantia mercadorias já existentes. A única garantia é o

valor do capital fixo, que está sujeito a determinações complexas e instáveis. Para Harvey (1999), o que efetivamente acontece é que o direito sobre trabalho futuro, que define o capital fixo, é convertido via sistema de crédito em um direito a ser exercido pelo capital dinheiro sobre uma parte da produção de valores excedentes futuros. Capital dinheiro é investido para obter apropriação futura.

O Capital dinheiro é indiferente à forma final, de onde provem sua receita, e investe em títulos do governo, ações e participações, contratos de futuros, ou o quer que seja, a depender da taxa de retorno, da segurança do investimento, liquidez e assim por diante. A conexão com o processo de expansão real do capital é, desta forma, perdida. A concepção do capital como um dispositivo que tem uma propriedade automática de expansão de si mesmo é, portanto, reforçada. O resultado é que todo empréstimo a juros é acumulação de débitos, embora possa aparecer como acumulação real. O sistema de crédito é a acumulação de direitos que não tem correspondência na produção real.

Para Harvey (1999), Marx pretendia com essa interpretação evitar o erro de pensar que os direitos sobre as receitas futuras, que são negociados em mercado, são uma forma real de capital. Ele desejava alertar sobre a insanidade de uma sociedade na qual o investimento em apropriação (rendas, títulos governamentais, etc) aparece tão importante como o investimento em produção.

Marx insistia que o investimento em produção é o que importa para o crescimento. A argumentação baseava-se em uma pergunta decorrente da premissa de que se não acontecesse nenhuma acumulação real, isto é, expansão da produção e aumento dos meios de produção, qual seria a vantagem que poderia existir em acumular e demandar direitos a serem exercidos no futuro sobre a produção?

É possível mostrar que quando o sistema de crédito se expande sem limites, a qualidade do dinheiro como medida de valor é ameaçada. No curso de uma crise, o sistema é forçado a procurar uma base monetária mais sólida que a oferecida pelo sistema de crédito-dinheiro e capital fictício.

Na análise do processo de acumulação de capital, constata-se que o capital fictício está contido no conceito do capital. A formação de capital fixo e a circulação são necessárias ao processo de acumulação. As barreiras que o capital fixo cria para a acumulação futura podem ser superadas por meio do sistema de crédito e pela criação do capital fictício. Ao permitir que o capital fictício floresça, o sistema de crédito pode apoiar a transformação de capital circulante em fixo e, assim atender às

demandas crescentes de aumento da parcela do capital que circula na sociedade em sua forma fixa. O capital fictício é tão necessário para a acumulação quanto é o capital fixo. Essa interpretação dos processos de crise do capitalismo e o meio ambiente construído levam à ampliação dos resultados da análise do espaço e acumulação.

Para Harvey (1999) a terra, junto com o trabalhador, constitui a fonte original de toda a riqueza. Pessoas privadas podem, sob as leis da propriedade privada, adquirir poderes monopolistas sobre definidas porções do globo terrestre, com poderes de excluir os outros. Uma vez que a terra é monopolizável e alienável, ela pode ser arrendada, alugada e vendida como uma mercadoria.

TERRA COMO UM ATIVO FINANCEIRO.

A terra é um título financeiro não reproduzível. Por contraste, alguns (mas não todos) valores de uso nela embutidos são não reproduzíveis. Eles podem ser criados através da produção de mercadorias (fábricas, casas, lojas). A quantidade de terra em um país, que está apta para certos tipos de usos humanos, pode ser alterada através da criação de valor de uso no meio-ambiente construído. A quantidade total de terra não pode ser alterada de maneira significativa através agência humana.

Para Harvey (1999) a renda da terra é real e as respostas e as reações dos agentes econômicos a ela têm, também, efeitos reais que devem ser levados em conta, apesar dela poder ser de uma categoria fetiche. Para Harvey (1999), Marx analisou a renda da terra e tentou mostrar que uma das mais persuasivas, entre todas as ilusões da economia política clássica, era a idéia de que “a renda brota do solo” e que a terra tem valor, mesmo não sendo produto do trabalho humano.

A origem dessa ilusão situa-se no fato de que os valores de uso na e sobre a terra são presentes gratuitos da natureza. Estes variam muito, tanto no que se refere à quantidade como à qualidade. A produtividade física da força de trabalho, portanto, variaria de acordo com as circunstâncias naturais, as quais podem ser monopolizáveis e não reproduzíveis. A mais valia relativa poderia ser maior para os capitalistas com acesso aos valores de uso com qualidades superiores.

A mais valia relativa neste caso tem uma feição mais permanente, apenas, quando comparada com o caso normal em que ela é encontrada. O caso normal se dá quando o capitalista obtém uma vantagem tecnológica efêmera, transitória e que pode se desfazer rapidamente. Na análise realizada por Harvey (1999), essa distinção é importante para o entendimento da terra como base para a renda.

A utilização de forças naturais no processo de produção pode esclarecer alguns dos problemas da renda. A queda d'água é uma força da natureza. Ela é monopolizável e está sob o comando do proprietário de terra. O proprietário tem o poder de excluir os demais do uso desta força natural. A força natural não é a fonte do lucro extra, mas a sua base natural. O excedente existirá independente do fato de ocorrer, ou não, a conversão de uma parcela em renda da terra.

Para Harvey (1999) a circulação do capital é um fator ativo no processo. O argumento é o de que se o preço de produção dos bens produzidos com máquinas (fruto do trabalho humano) cair abaixo do preço dos bens produzidos com o uso da força natural (não fruto do trabalho humano), essa última perderá a sua utilidade. Um exemplo histórico é a substituição da roda d'água pelo motor a vapor.

Assim a “permanência” de um lucro extra precisa ser avaliada pelo processo geral de mudança tecnológica. É possível que ocorra uma modificação da força natural pela ação humana. Harvey (1999), analisando o solo, mostra que para Marx o capital pode ser incorporado na terra seja de uma maneira transitória (fertilização) seja de uma forma mais permanente (drenagem).

Os investimentos em fertilidade do solo dependem de relações econômicas. A fertilidade pode ser melhorada por meios artificiais ou por uma mudança de métodos de produção. Uma primeira particularidade com relação à terra poderá ser observada quando a melhoria de terras por meios artificiais transformar-se em permanente. Comparando os investimentos nessas melhorias artificiais que podem ser permanentes com outro tipo de investimento feito em máquinas novas que depreciam os equipamentos velhos, conclui-se que essa depreciação rápida não ocorre com o solo. Os melhoramentos do solo não são depreciados da mesma forma.

Uma segunda particularidade é que os melhoramentos permanentes em um lote de terra podem significar a criação de atributos iguais àqueles que são naturalmente possuídos em algum outro pedaço de terra. Assim o capital pode criar, em um lugar, as condições que seriam um “presente grátis” da natureza em outro lugar.

Essa fabricação da natureza obscurece a linha que separa o lucro do capital e a renda da terra. Dissolve o limite e indetermina a fronteira entre os dois conceitos. Para separar os dois conceitos seria necessário estabelecer o momento em que todo o investimento na fabricação da natureza estivesse amortizado e considerar que, a partir deste momento em diante, o melhoramento permanente passaria a ser considerado

como um bem livre e, portanto, em princípio, sem diferença do “presente grátis” da natureza.

A renda é o conceito teórico com o qual a economia política (de qualquer tipo) tradicionalmente enfrenta o problema da organização espacial. Os valores de uso das mercadorias são limitados às propriedades físicas das mercadorias. Os atributos espaciais de localização, de situação, de forma, e também de dimensão são vistos como atributos materiais de todos os valores de uso sem exceção. Essas propriedades materiais dos valores de uso podem afetar a utilização e utilidade dos valores de uso.

O processo de troca abstrai as localizações específicas quando estabelece um preço, pois as mercadorias devem ser levadas ao mercado. Esse processo de troca pressupõe a existência de deslocamento no espaço.

A posse da propriedade privada da terra confere o poder de exclusividade sobre certas porções do globo a pessoas. Essa propriedade dá forma a uma concepção absoluta do espaço, que significa que duas pessoas não ocupam o mesmo lugar no espaço. A exclusividade de controle do espaço absoluto pode ser ou de pessoas, ou de estados, ou de outras figuras jurídicas.

O espaço relativo é o deslocamento que é feito pelo produtor ao trazer seu produto ao mercado. Essa concepção relativa se contrapõe à absoluta, pois para Harvey (1999) podem existir no mercado vários produtores localizados à mesma distância. Assim o princípio de individualização é quebrado, pois vários indivíduos podem ocupar a mesma posição relativamente a um ponto, isto é, relativamente ao mercado.

Um segundo ponto importante na questão do espaço é o padrão que será utilizado como unidade de medida. Segundo Harvey (1999) podem existir para os diferentes espaços diferentes padrões. Assim a métrica que prevalece para a mensuração do espaço pode ser alterada de acordo com as circunstâncias. As distâncias podem ser medidas em termos ou dos custos de transportes ou dos tempos utilizados nos deslocamentos e não são iguais.

A renda da terra derivada da localização pode ser tratada como a mais valia relativa. Produtores em localizações mais favorecidas podem obter lucros extras. Esses lucros excedentes, como as diferenças na fertilidade natural da terra, são vistos como fixos quando comparados com a forma usualmente transitória da mais valia relativa associada com uma vantagem tecnológica efêmera. Segue então que aqueles que possuem terras em locações favoráveis podem converter o lucro excedente em

renda da terra sem afetar a taxa média de lucro.

O valor de uso de uma localidade (locação) particular não pode ser entendido de forma independente dos vários tipos de usos que podem ser necessários para uma enorme gama de atividades. O fato de o valor de uso de uma mercadoria ser dependente de outra cria uma rede de relações entre as mercadorias e, também, entre elas e as suas localizações particulares. Um valor de uso pode ser maior ou menor em função de mudanças ocorridas em outra mercadoria em um local próximo. Para Harvey (1999), Marx tinha uma preocupação secundária com estas questões de localização e as excluiu da análise. Ao fazer essa exclusão, ele teria excluído as questões espaciais da teoria do valor.

As vantagens da localização da terra podem ser alteradas pela agência humana. Isto significa que o capital pode criar relações espaciais. Os atributos espaciais dos valores de uso podem ser incorporados ao domínio da análise, como qualidades socialmente criadas. Os investimentos de capital podem modificar (ambas): a) as relações espaciais e b) a qualidade da terra em pontos determinados.

Com o objetivo de tratar da questão espacial no quadro teórico da economia política clássica, Harvey (1999) supõe que as diferentes atividades competem umas com as outras no uso do espaço e que suas rendas são determinadas simultaneamente por atividades que concorrem entre si. Ele considera que os proprietários são indiferentes às fontes de sua renda. Assim o capital pode escolher entre colocar dinheiro na melhoria de transportes e, assim, disponibilizar mais terras férteis para a exploração ou investir na melhoria de terras inferiores em utilização.

A primeira estratégia, que trata com o espaço relativo, beneficiará vários proprietários de terras, enquanto que na alternativa de melhoria das terras inferiores o benefício está limitado ao proprietário individual. Entretanto, uma complexa relação de efeitos entre os investimentos nos dois tipos de valores de uso existirão. Em alguns casos, serão os de se reforçarem mutuamente e, em noutros casos, os de poderem ser contraditórios entre si. A idéia, por exemplo, é a de que os investimentos em transportes beneficiariam todos os proprietários de terras nessa fronteira (espaço relativo), por diminuir o custo de transporte, e a de que os investimentos nas terras com melhor localização beneficiaria principalmente o seu proprietários (espaço absoluto). Existiria uma relação entre essas duas áreas. Entretanto ele aponta que essas relações são complexas no sentido de que um investimento em transporte pode resultar em aumento ou diminuição ou, simplesmente não alteração dos benefícios

da terra melhor localizada. Esse efeito é resultado de interações complexas.

O PAPEL DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA.

Harvey (1999) analisa o papel da propriedade da terra na história de vários países e conclui que a real história da propriedade da terra sob o capitalismo é uma questão confusa e que confunde. A questão central no comportamento de todos os agentes econômicos, independente de quem eles são e quais seus interesses imediatos, é: a tendência crescente de tratar a terra como um ativo financeiro. Harvey (1999) afirma que o tratamento da terra como ativo financeiro é a pista para o entendimento da transição (da forma e da mecânica) para uma forma puramente capitalista da propriedade da terra.

Os seguintes pontos são importantes na análise do papel da propriedade da terra e da renda:

- 1) Se a terra é livremente negociada então ela torna-se uma mercadoria de tipo especial.
- 2) A compra de terra assegura para o comprador um direito legal de receber uma renda anual.
- 3) Qualquer fluxo de receita (tal como uma receita anual) pode ser pensado como juros sobre algum capital fictício e imaginário.

Essas observações se baseiam no seguinte argumento: para o comprador de terra a renda que vai aparecer em sua contabilidade será classificada como juros em dinheiro gasto na compra de terra. Esse registro contábil não é diferente do registro da renda obtida com investimentos em débitos governamentais, em ações ou na participação em empresas. O dinheiro gasto é capital emprestado a juros em qualquer caso.

Ora, caso a análise de Harvey seja válida, a terra passa a ser uma forma de capital fictício e o mercado de terras funciona como um ramo da circulação do capital emprestado a juros, sem levar em conta as suas características particulares.

Sob tais condições, a terra é tratada como um ativo financeiro puro e é comprada e vendida de acordo com a renda que produz. Como todas as formas de capital fictício, o que é negociado são os direitos legais sobre as receitas futuras, as quais significam um direito legal sobre os lucros futuros pelo uso da terra ou, mais diretamente, um direito legal sobre o trabalho futuro.

Essa conclusão não se encontra explicitada em Marx, apesar de existirem várias pistas que sugerem que a compra e venda de terra poderia ser tratada como

uma forma de capital fictício. Para Harvey (1999), é claro que a propriedade privada da terra em sua forma capitalista seria impensável na ausência de um sofisticado sistema de crédito abrangente. As formas insanas da especulação e as mais altas distorções encontradas dentro do sistema de crédito podem ser magnificadas, caso a terra participe como mais um dos ativos na especulação com as rendas futuras.

Essa integração da propriedade da terra com a circulação do capital emprestado a juros pode tornar a terra disponível ao livre fluxo do capital, mas ela, também, disponibiliza a terra para o jogo das contradições capitalistas. A especulação com a terra adquire um profundo significado dentro da dinâmica capitalista geral.

RENTA DA TERRA.

Marx entendia ser possível provar que a renda absoluta da terra poderia existir sem que sua existência violasse a lei do valor. A discussão sobre essa questão da renda da terra foi iniciada a partir do entendimento dos fisiocratas de que a terra seria a fonte de criação da riqueza. Ricardo negava a possibilidade da existência da renda absoluta e descartava a possibilidade da terra receber qualquer remuneração. Marx aprofundou essa discussão estudando a evolução histórica da renda da terra apropriada pelos senhores feudais de forma direta dos camponeses para a forma capitalista da renda da terra paga em dinheiro pelos agricultores capitalistas aos latifundiários. Em seus estudos sobre a teoria do valor e a renda da terra, ele se preocupou em mostrar que a única fonte de valor é o trabalho e a terra é uma base para apropriação de renda.

Harvey (1999) utiliza a renda da terra para discutir as questões espaciais. A renda monopolista é definida como toda renda que se apóia no poder de monopólio de possuidores da propriedade privada de certas porções do globo terrestre. Usuários competem livremente pelo uso de terras de diferentes qualidades e diferentes localizações, e também os latifundiários competem uns com os outros pelas rendas que podem comandar. Em algumas circunstâncias essas condições competitivas podem não prevalecer. Aí então as rendas monopolistas podem ser realizadas.

Duas situações são importantes na análise da renda monopolista: a primeira se refere àquela em que há o controle da terra de uma qualidade especial ou com uma localização especial em relação a um certo tipo de atividade produtiva na qual pode ser possível extrair rendas monopolistas, o exemplo são as vinhas; a segunda se refere àquela situação em que os latifundiários podem não liberar a terra não utilizada sem o pagamento de uma renda alta e, assim, forçam os preços de mercado dos produtos

produzidos naquela terra acima de seu valor. Esse caso depende da escassez de terra, do poder do conjunto da classe dos latifundiários e dos interesses fundiários. Neste caso, a renda extraída pode impor um preço monopolista. Essa forma de renda monopolista pode ser importante para todos os setores, pois pode afetar os custos dos grãos-alimentação, tanto quanto os custos de moradia da classe trabalhadora. Em ambos os casos a renda do latifundiário depende da capacidade de vender os produtos aos preços fixados por monopólio. (vinhas, grãos e moradia).

A segunda forma de renda é a renda absoluta. A renda absoluta surgiria das relações entre os diferentes setores da economia. Constata-se uma dificuldade geral de mudança tecnológica nos setores que utilizam a terra como meio de produção. O valor da composição do capital na agricultura teria um valor abaixo da média social. Uma completa equalização da taxa de lucros entre os setores levará os preços de produção na agricultura abaixo dos seus respectivos valores.

Uma outra maneira de ver esse mesmo problema é olhar para o fato de que os capitais na agricultura recebem menos “mais valia” na forma de lucro do que a quantidade de “mais valia” que produzem (devido a quantidade de mão de obra que empregam), pois a recebem em função do capital adiantado. Essa suposição se apóia na ocorrência de uma transferência do capital entre as várias esferas de produção, através de um perpétuo movimento de entrada e saída dos fluxos de capitais entre os setores. Postula-se, portanto, que não existam barreiras à equalização de lucros.

Para Harvey (1999), as forças estranhas ou barreiras são representadas pela propriedade da terra. Dessa maneira, com essa força estranha, o latifundiário enfrenta o capitalista. Daí, é derivada a idéia de que os produtos agrícolas podem ser negociados acima de seus preços de produção e, portanto, deles produzirem renda absoluta, mesmo que vendendo acima, ou mesmo abaixo, de seus valores. Uma renda absoluta pode existir sem, de qualquer forma, infringir a lei do valor. Esse aparente dilema levou Ricardo a negar a possibilidade de renda absoluta. O nível de renda absoluta dependeria das condições de oferta e demanda e também das novas áreas de terras incorporadas ao cultivo.

O aumento do preço de um produto não é a causa da renda, mas a renda é que causa o aumento do preço de um produto. É importante observar que essa argumentação desenvolvida por Marx sobre a renda absoluta é associada ao problema da transformação dos preços. O problema da transformação não foi resolvido por Marx, mas isso não invalida uma conclusão que se segue. Harvey (1999) vê na

necessidade social da propriedade privada da terra no capitalismo a causa de arranjos distributivos (a capacidade de se apropriar de renda) que, potencialmente, poderia entrar em conflito com uma acumulação sustentada. Para poder fazer essa análise da renda absoluta é necessário, segundo Harvey (1999), fazer a separação entre produção e distribuição, pois sem a separação entre a produção e a distribuição, a interpretação marxista das crises cai por terra.

A possibilidade de apropriação de renda monopolista se dá no caso em que o proprietário de terras tem a capacidade de colocar barreiras aos investimentos, mas não garante a quem produza mercadorias naquela terra a cobrança de preços monopolistas. Com a renda absoluta, o latifundiário não interfere com a produção de mais valia diretamente. Ele só absorve a renda na distribuição do excedente. A renda monopolista diminui a produção excedente e força a redistribuição do valor excedente para outros setores, mas não para os agricultores, e sim para os latifundiários. Portanto os efeitos na acumulação são muito diferentes.

Ambos os tipos de renda dependem da capacidade dos capitalistas (agricultores) venderem a preços monopolistas. Assim a concorrência entre os produtores limita a capacidade dos latifundiários de se apropriarem de renda absoluta ou monopolista (aspectos espaciais também podem ser pensados desta forma).

Marx ponderava que a renda absoluta era pequena na agricultura. Já Harvey afirma que a renda absoluta não é uma categoria importante. Os reais problemas que Marx descobriu residiam não na falha de Ricardo admitir a renda absoluta, mas na interpretação errônea da renda diferencial.

PROBLEMAS DA RENDA DIFERENCIAL.

A terceira forma de renda é a renda diferencial. Marx faz a exclusão dos atributos de locação da análise da renda diferencial para concentrar a sua atenção nos problemas das diferentes fertilidades da terra. Ao fazer essa abstração excluiu da análise a possibilidade de serem obtidas rendas diferenciais na indústria e comércio, devido à localização da terra na qual estão instaladas suas atividades. Ao excluir a localização, exclui os problemas que poderiam aparecer na análise da indústria. Esses problemas são gerais e muito importantes no capitalismo e por isso não podem ser abstraídos sem consequências teóricas enormes. Harvey (1999) faz um esforço profícuo para recuperar o desenvolvimento do raciocínio de Marx incluindo a questão da localização como um atributo fundamental dos valores de uso.

Harvey (1999) aponta que Marx, ao estudar isoladamente a renda diferencial I,

conclui que esta reflete as diferenças de fertilidade de modo permanente. Mas, ao agregar ao estudo da renda diferencial I à análise da renda diferencial II, e levando em conta as naturais diferenças de fertilidade, conclui que essas relações não podem ser separadas. Ele aponta que, dependendo da combinação de capital aplicado nos lotes de terras de diferentes fertilidades, o uso da pior terra irá refletir as condições de oferta e de demanda dos produtos e da produtividade do capital. Essa conclusão sobre a renda diferencial torna possível tirar duas implicações:

1) Não existe base para que as rendas diferenciais I e II sejam aditivas. Portanto torna-se impossível separar as rendas, uma da outra, ou isolar seus efeitos, pois estes não são independentes.

2) A propriedade da terra através da renda pode, ou não, afetar:

2.1 os preços de mercado;

2.2 a acumulação de capital de forma positiva, negativa, ou neutra

2.3 o grau de dispersão da produção.

Essas consequências trazem implícito que uma renda pode ser apropriada mesmo na pior terra. Contrariando a idéia de que as terras na margem teriam renda zero, Marx conclui que a renda não poderia determinar o preço do produto diretamente, mas ela poderia determinar qual o método de produção que será utilizado. Poderia ser utilizado uma quantidade enorme de capital em pequenas áreas, como podem ser usadas pequenas quantidades de capital em uma enorme área.

A principal questão nesta discussão, para Harvey (1999), é sobre a relação da renda da terra e a acumulação que poderá ser: socialmente necessária, totalmente deletéria e indiferente.

A propriedade da terra pode, em certas circunstâncias, não colocar obstáculos à expansão da produção e da acumulação, mas, ao contrário, pode até ajudar o processo. Esse enfoque surgiu das discussões sobre a renda da terra na década dos 70, levando a superar a visão anterior de que a propriedade da terra necessariamente impunha obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo.

Harvey (1999) discute esse papel contraditório da renda da terra e da propriedade fundiária dentro do modo de produção capitalista. Para ele, a pergunta que Marx tentou responder seria: qual a base social real para a manutenção (reprodução) da propriedade fundiária sob o capitalismo?

Em sua análise Harvey (1999) propõe que Marx aponta três papéis:

1) Separação do trabalhador da terra (meio de produção).

2) Propriedade da terra e o princípio da propriedade privada.

3) propriedade da terra e o fluxo de capital.

O primeiro papel é o da separação do trabalhador da terra e dos meios de produção. A idéia aqui é a de que é necessário, antes de mais nada, a constituição de um contingente de homens sem terras. Harvey (1999) afirma que, quando o capital encontra situações nas quais a propriedade privada “in land” não existe, então ele precisa tomar a iniciativa de criá-la para garantir a produção de trabalho assalariado. Muito interessante é a observação de que, ao criar a propriedade da terra como uma barreira para o trabalho, o capital também cria uma barreira para si.

O segundo papel seria o ideológico. Neste papel a propriedade privada representaria um princípio ideológico. Apesar de ser contraditório, é necessário notar que a propriedade estatal também pode separar o trabalhador do meio de produção. Embora Marx e Lenin tenham discutido a questão do ponto de vista da estatização (nacionalização) das terras, Lenin afirmava que mesmo no socialismo e com o fim da propriedade privada individual da terra e sendo a terra de propriedade do estado, continuaria a existir a renda da terra e ela seria apropriada pelo estado.

A questão ideológica da propriedade privada pode ser vista na argumentação desenvolvida por Marx sobre a questão de que quando se ataca uma forma de propriedade pode se estar lançando uma considerável dúvida sobre a outra forma. (isto contraposto à propriedade estatal). Harvey (1999) sublinha que a outra forma é a propriedade de meios de produção, das quais o capital deriva sua legitimidade legal. Assim a propriedade da terra tem um função/papel ideológico de legitimador das demais formas de propriedade privada.

O terceiro papel da propriedade privada da terra seria o de permitir os fluxos de capital na/e sobre a terra. O fluxo de capital sobre e através da terra como meio e condição de produção é modificado pela propriedade privada e pela apropriação da renda. A idéia é a de que a existência da propriedade privada dos lotes terra e o fato dela se tornar mercadoria permitiria a livre transferência dos títulos de propriedade entre os indivíduos e as companhias. Com base neste pressuposto, é possível ao capital fluir sobre e pelas terras.

Os efeitos decorrentes do livre fluxo do capital sobre e através das terras podem ser negativos, como são os casos em que os efeitos negativos que podem ocorrer na criação de fluxos de capital decorrentes do monopólio. Nestes casos a renda pode ser uma barreira ao fluxo de capital.

Normalmente, os aspectos negativos da renda diferencial são magnificados. Acrescendo-se que, de fato, a renda absoluta e a renda monopolista são apropriadas através do latifundiário que exerce um papel supérfluo e parasitário, reduz-se a importância dos aspectos positivos. Daí o interesse do capital em manter a renda absoluta estritamente dentro dos limites para assegurar que permaneça pequena e de ocorrência esporádica.

As crises capitalistas estão articuladas com a especulação no mercado de terras. Essas explicações apresentadas para a renda da terra e o processo de acumulação podem ajudar a entender o papel da renda da terra no Brasil. As explicações para as crises econômicas, para a existência de um mercado financeiro em formação, para o tardio casamento do capital bancário nacional com o capital industrial nativo estariam ligadas ao importante papel que a terra teve, e ainda tem, como ativo financeiro. Inácio Rangel sempre se preocupou com essa idéia. E os estudos de Harvey podem ajudar na compreensão da economia brasileira e sua sociedade atual.

Bibliografia

HARVEY, D. **Limits to Capital**. New York. Verso. 1999.